



ISSN - 2175-6600

Vol.17 | Número 39 | 2025

Submetido em: 07/11/2024

Aceito em: 21/11/2024

Publicado em: 23/01/2025

Faz parte da Pedagogia? Direito à cidade, infâncias e formação de professores

Is it part of Pedagogy? Right to the city, childhood and teacher training

¿Es parte de la Pedagogía? Derecho a la ciudad, infancia y formación docente

Marcia Aparecida Gobbi¹

Juliana Diamante Pito²



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2025v17n39pe18453>

Resumo: Este artigo tem como objetivo estabelecer relações entre formação de professoras/es, estudos urbanos e infâncias. Embora tenhamos pesquisas recentes voltadas para o entendimento sobre como as crianças têm vivido e significado suas experiências urbanas, buscamos conhecer o que tem sido produzido nessa temática envolvendo a formação de professoras para a produção de práticas que considerem às crianças em suas relações com a cidade. A ênfase é dada para a educação infantil. Busca-se o entendimento da questão a partir de pesquisas acadêmicas e legislações. Foram usados levantamentos no Catálogo de Teses e Dissertações do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), artigos de revistas acadêmicas, base de dados Scielo, no período entre 2013 e 2023 de onde se conclui a existência de certa preocupação com formação que tem na cidade um objeto de práticas curriculares específicas e em algumas datas, mas não proporciona reflexões em que ela seja conhecida, praticada e reivindicada como direito, obra e produto.

Palavras-chave: Infâncias; Currículo; Cidade; Formação de professoras/es, direito à cidade.

¹ Pós-doutora em Estudos Urbanos. Universidade de São Paulo (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9850-0190> . Contato: mgobbi@usp.br

² Doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Universidade Federal de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0850-4249> . Contato: juliana.pito@unifesp.br



Abstract: This article aims to establish relationships between teacher training, urban studies and childhood. Although we have recent research aimed at understanding how children have lived and given meaning to their urban experiences, we seek to know what has been produced on this topic involving the training of teachers to produce practices that consider children in their relationships with the city. Emphasis is given to early childhood education. We seek to understand the issue based on academic research and legislation. Surveys were used in the Catalog of Theses and Dissertations on the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) portal, articles in academic journals, Scielo database, in the period between 2013 and 2023, which concludes the existence of a certain concern with training that has in the city an object of specific curricular practices and on some dates, but does not provide reflections in which it is known, practiced and claimed as a right, work and product.

Keywords: Childhood; Curriculum; City; Teacher training, right to the city

Resumen: Este artículo tiene como objetivo establecer relaciones entre la formación docente, los estudios urbanos y la infancia. Si bien contamos con investigaciones recientes encaminadas a comprender cómo los niños han vivido y dado sentido a sus experiencias urbanas, buscamos conocer qué se ha producido sobre este tema involucrando la formación de docentes para producir prácticas que consideren a los niños en sus relaciones con la ciudad. Se da énfasis a la educación de la primera infancia. Buscamos comprender el tema a partir de investigaciones académicas y legislación. Se utilizaron encuestas en el Catálogo de Tesis y Disertaciones del portal Coordinación para la Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (Capes), artículos en revistas académicas, base de datos Scielo, en el período comprendido entre 2013 y 2023, lo que concluye la existencia de cierta preocupación con formación que tiene en la ciudad objeto de prácticas curriculares específicas y en unas fechas, pero no aporta reflexiones en las que sea conocida, practicada y reivindicada como derecho, trabajo y producto.

Palabras clave: Infâncias; Currículo; Ciudad; Formación de professoras, derecho a la ciudad

1. INTRODUÇÃO

Nos anos 1960, em contraposição à brutalidade dos processos de urbanização e o descaso em relação à população, foi publicado a obra *Morte e vida das grandes cidades*, de Jane Jacobs (2011). A cidade e seus arranjos tornaram-se o foco das discussões, com destaque para a presença/ausência das crianças em parques e calçadas. Um impulso criativo para reflexões sobre as crianças nos espaços públicos começava a se formar naquele momento. Em 1968, Henri Lefebvre, em seu livro/manifesto *O direito à cidade*, propôs pensar a cidade e suas relações como uma produção humana, uma obra e um direito. Ele refletia em um contexto de insurgências, que envolviam estudantes e trabalhadores franceses em lutas por direitos a melhores condições de trabalho e de vida. Lefebvre também questionava a produção da cidade como uma obra realizada por habitantes comuns, não apenas por especialistas. O processo de urbanização desenfreada levava à perda do sentido existencial nas grandes cidades, o que suscitava questionamentos pertinentes sobre as condições de produção da vida, de reprodução do capital e do bem-estar de quem nela vivia.

Entre os debates e as investigações sobre cidade, ganharam centralidade as transformações pelas quais tanto os espaços urbanos quanto as pessoas, suas moradoras, passavam. Generificação, gentrificação, racialização e diversas formas existentes de segregação e produção de desigualdades tornaram-se objeto de



investigações acadêmicas. Deste modo, foram incluídos como objetos de preocupação todos aqueles que entraram em cena nas disputas e experiências diversas que eram produzidas. As crianças, em particular, têm uma presença ambígua nesse contexto. Em certos espaços urbanos, são excluídas, limitando-se ao trajeto entre casa e rua; em outros, especialmente nas periferias, ocupam as ruas e vizinhanças, transformando esses lugares em espaços de convivência, amizades e brincadeiras, ou, em alguns casos, em locais de trabalho e comércio de diversos produtos. Caminhar, parar e usufruir das relações possíveis entre pares tornou-se cada vez mais raro, tornando diminutas as socializações, por vezes, existentes majoritariamente nas escolas. Isso nos leva a pensar sobre a escassez de propostas e práticas sociais que incluam o direito à cidade às crianças desde bebês. Consideradas por muito tempo como incapazes, tiveram suas vozes e seus corpos inteiros cerceados de participação sistemática em processos decisórios e de uso dos espaços públicos. O modo de produção capitalista impõe um ritmo e uma postura produtivos não condizentes com a infância, historicamente concebida como incompleta, até mesmo para estar em espaços tidos como desprotegidos.

O direito à cidade soma-se ao direito à vida, temática relevante durante a pandemia de covid-19, com repercussões diretas na miserabilização da população infantil. Em 2023, dados de uma pesquisa, realizada pelo Unicef (The United Nations Children's Fund), apontavam que 32 milhões de crianças e jovens brasileiras/os viviam na pobreza, o que representava 63% do total de crianças e adolescentes no país. A pobreza infantil se manifesta de várias formas: insuficiência de renda, alimentação inadequada, falta de acesso à educação, exploração do trabalho infantil, precariedade habitacional, ausência de água potável, saneamento básico insuficiente e falta de acesso à informação (Unicef, 2023). Além disso, há a ausência de ambientes seguros e acolhedores para brincadeiras, bem como de famílias ou redes de amizade. Esse conjunto de privações configura o que é denominado pobreza multidimensional. Embora tenha havido uma diminuição da pobreza extrema no Brasil, é preocupante o aumento da proporção de crianças indígenas sofrendo de desnutrição. Entre 2022 e 2023, 16,1% dos meninos indígenas e 11,1% das meninas indígenas enfrentaram essa condição (Cebap; ABCD, 2024).³ Quanto a desnutrição, sabe-se que é maior entre os meninos negros⁴.

³ Conforme dados do Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades produzido pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e pela Ação Brasileira para o Combate das Desigualdade (ABCD).

⁴ Conforme dados da Agência Brasil, disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-07/desnutricao-cresce-no-pais-e-afeta-de-forma-mais-grave-meninos-negros>



Apesar de os direitos serem assegurados por lei, é no cotidiano que sua concretização ocorre, ou não. Dados do Censo de 2022,⁵ divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que $\frac{1}{4}$ da população do país é composta de crianças, e 18.117.158 delas têm entre 0 e 6 anos. Embora, seja visível o envelhecimento da população brasileira,⁶ esse é um número expressivo, especialmente no contexto urbano. Sabemos que esses dados precisam ser cruzados com marcadores sociais da diferença, como raça, região do país, gênero e classe social, para que possamos avançar em análises mais consistentes. Contudo, são importantes para pensarmos sobre o número de meninas e meninos que, desde bebês, tem composto os grandes centros urbanos do país e a relação com seus direitos. Desta forma, é possível somar o direito à cidade, em sua forma mais aprofundada, aos direitos das crianças e ao viver dignamente.

Embora consideremos os avanços quanto aos direitos das crianças e o que isso implicou mudanças nos modos como elas compreendidas e tratadas, nos questionamos sobre seus direitos e a aproximação do direito à cidade e ao habitar. Elas têm participado de espaços decisórios e das reflexões sobre a política em seus territórios? Qual o papel da escola na concretização de práticas pedagógicas que problematizem os usos da cidade e a produção do urbano? Qual a participação da escola na produção do espaço urbano, especialmente no seu entorno? O que teses e dissertações e artigos acadêmicos têm nos permitido compreender acerca dessas questões? E o que dizer quanto às práticas pedagógicas realizadas nos últimos anos em creches e pré-escolas? É possível interpretar a ausência dessas práticas como forma de produção de uma “pedagogia da crueldade” (Segato, 2018), que se manifesta por meio de ações que ensinam a transformar a vitalidade das coisas em um processo de assujeitamento, privando-as de vivacidade e de imaginação criadora. Tal pedagogia não se refere apenas às questões de gênero, mas também às crianças, quando excluídas da produção e da vivência urbana dignas. Estar nas ruas exige, entre outras coisas, a empatia de todos os sujeitos em relação.

Com essas questões chegamos ao interesse central de nosso artigo, fruto do desdobramento de pesquisas realizadas por suas autoras,⁷ qual seja, refletir sobre formação de professoras e professores da primeira etapa da educação básica,

⁵ Principais resultados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 10 set. 2024.

⁶ Houve um aumento na concentração de pessoas com idade de 65+; e o total de crianças com até 14 anos de idade caiu 12,6%: de 45,9 milhões (24,1%) em 2010 para 40,1 milhões (19,8%) em 2022.

⁷ Referimo-nos às pesquisas: XXXXXX



articulando-a aos estudos urbanos, especialmente no que se refere ao direito à cidade e ao habitar, em diálogo com os direitos das crianças. A relação a ser estabelecida volta-se para a constatação da importância de pensarmos, desde a educação escolar, sobre questões que se encontram para além dos muros da escola e que a envolvem direta e indiretamente na produção de conhecimentos, bem como na do espaço urbano habitado. Desigualdades sociais, segregações espaciais, violências, silenciamentos, racismo, etarismo e autoritarismo compõem as cidades onde vivemos e exigem, de modo cada vez mais intenso, que pensemos e nos posicionemos, produzindo teorias e práticas a partir das condições vistas e vividas.

Levantamos como hipótese inicial a existência de lacunas concernentes à perspectiva crítica e política, sobretudo, quando conjugadas à imaginação e à criação, ou, em síntese, que considere a *poiesis*⁸ do fazer docente. Essa conjectura se deve ao conhecimento sobre práticas realizadas que têm contemplado as crianças na cidade e discutido a ideia na Educação Infantil, desde as creches, bem como de nossa indagação sobre a presença de práticas cidadinas em algumas regiões e territórios, as políticas públicas e a preocupação com a formação específica para essa temática. Para nos aproximarmos de algumas respostas às indagações deste artigo, serão consideradas publicações acadêmicas recentes e experiências de formação de professoras/es, com foco na presença de coletivos na educação pública e nos desdobramentos em práticas urbanas formativas, com pessoas adultas e crianças.

Com o objetivo de nos aproximarmos da temática mencionada, realizamos um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A justificativa para essa escolha reside na intenção de conhecer os conteúdos presentes em teses e dissertações brasileiras e, a partir deles, projetar cenários de pesquisa e identificar as temáticas e abordagens que, em especial, aliem a formação de professoras/es da primeira etapa da educação básica à cidade. As buscas tiveram como recorte temporal os anos de 2013 a 2023. Foram usados os descritores: formação de professores e cidade; infâncias e cidade; crianças e cidade; bebês e cidade. Entre as estratégias de buscas, optou-se pelo uso de aspas para encontrar especificamente o assunto investigado. Além disso, foram empregados operadores booleanos como *and*, para consultar todos os termos buscados, e *or*, para ampliar os resultados, sempre com aspas e em maiúscula para que ambas as palavras não fossem confundidas pela base de dados durante a busca.

⁸ O ato criador imprescindível à prática docente.



Ao utilizarmos o termo “infância” no singular, podemos afirmar que não houve mudança numérica nos resultados obtidos, o que nos permite fazer inferências sobre como estão sendo usados os conceitos e as correntes teóricas. A mesma observação se aplica ao uso do gênero feminino, como em “professoras” e “cidade”. A partir do levantamento inicial, considerando todos os campos, foi realizada uma primeira filtragem em que se incluiu a busca dos descritores no título e no assunto e nos resumos, cuja leitura foi fundamental para o entendimento do conteúdo das pesquisas. Essa escolha foi realizada em razão da necessidade de encontrar a especificidade do estudo relacionado à temática ampla e aos seus desdobramentos. Refinamos as buscas, privilegiando a Educação como área de conhecimento. Para a análise deste artigo, optou-se por excluir áreas como Arquitetura, Psicologia, Ciências da Saúde, Saúde e Engenharias, embora também tenham sido encontradas pesquisas envolvendo os descritores utilizados.

Diante do exposto, e com o objetivo de contribuir com a produção no campo de estudos sobre formação de professoras/es, o artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, *Entre a urgência e a utopia encontram-se os direitos*, buscamos refletir sobre a presença dos direitos das crianças na Constituição Federal (Brasil, 1988), na Convenção dos Direitos das Crianças (1959) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), destacando alguns desses direitos em que é possível compreender o direito à cidade e à vida. Na segunda, *Formação de professoras/es, infâncias e o urbano: aproximações a partir de pesquisas, revistas acadêmicas e seminários*, apresentamos algumas das reflexões sobre infâncias e urbano desenvolvidas sobretudo no campo da Educação na última década. Por meio de uma breve revisão de literatura, indagamos como os estudos urbanos podem contribuir para o processo de formação e práticas docente, principalmente para quem atua com as crianças de pouca idade. Na terceira, *Formação de professoras/es e as práticas pedagógicas na cidade: o que temos feito? O que estamos esperando?* enfatizamos especialmente a formação docente para quem atua na Educação Infantil. Para isso, apresentamos alguns exemplos que parecem romper com perspectivas neoliberais de formação, ainda que não signifiquem, de fato, as transformações estruturais delas. Por fim, na última seção do artigo, *Pesquisas e práticas pedagógicas: contribuições à produção de pensamentos sobre formação de professoras/es envolvendo estudos urbanos e estudos da infância*, apresentamos breves reflexões sobre a formação de professores, destacando a urgência de reconhecermos práticas da Educação Infantil como parte de tudo que vivemos nos contextos em que as instituições estão inseridas. Isso significa que a educação, desde as creches, e suas práticas formativas não podem estar alheias àquilo que ocorre fora de seus espaços, sob



o risco de corroborar com o esfacelamento dos processos democráticos que devem fundamentá-las.

2. COM A URGÊNCIA E A UTOPIA ENCONTRAM-SE OS DIREITOS

Em 1988, a Constituição Federal, no art. 227 do capítulo VII, denominado “da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso”, estabeleceu:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Optamos por retomar este artigo da Lei especificamente, pois nos instiga a pensar sobre suas reverberações nas práticas sociais e, mais notadamente, escolares, quanto à concepção de infância e às relações possíveis entre as crianças e seus locais de produção de vida, com ênfase na produção e nos modos de viver no contexto urbano. Rosemberg (2006) apontou certa fragmentação das políticas públicas voltadas à infância e destacou a importância da existência de legislações que protejam as crianças. No entanto, ressalta que essas legislações muitas vezes falham em operacionalizar propostas concretas que permitam às crianças, especialmente aquelas com pouca idade, efetivar sua condição de agentes sociais. Desta forma, há décadas já se podia inferir que a proteção infantil deveria ir além de garantir sua sobrevivência plena. Trata-se de relacionar a proteção a formas efetivas de participação das crianças, inclusive na produção dos currículos existentes e na formulação das políticas públicas voltadas para elas.

Contudo, é possível identificar avanços positivos na produção e conquista dos direitos das crianças. Como veremos adiante, observa-se a presença significativa de práticas pedagógicas e de debates sobre infância que buscam problematizar e produzir reflexões sobre as interpretações do que seja infância, infâncias, crianças e bebês, bem como acerca dos desdobramentos dessas concepções em ações cotidianas tanto em espaços escolares quanto em outros contextos.

Entre as transformações promovidas, destacam-se os princípios incorporados na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que têm tido repercussões significativas na concepção de criança presente em diversos campos teóricos, assim como na formação de professoras/es. Neste mesmo ano, ocorreu, no



Brasil, a promulgação da Convenção dos Direitos das Crianças, cujos quatro princípios gerais reafirmam a centralidade da infância e sua relevância. São eles: a não discriminação; o melhor interesse da criança; o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento; e o direito de ser ouvida e levada a sério. Tais eixos, somados ao ECA, impactam positivamente nas problematizações feitas sobre a até então predominante visão universalista do que seja a infância e seus desdobramentos teórico-práticos. Além disso, convidam-nos a pensar políticas públicas que materializem o direito à vida, à sobrevivência e à escuta das crianças em diferentes contextos. A prioridade da infância e o direito à vida, à saúde, alimentação, educação, lazer, à cultura e à dignidade constituem pilares essenciais dos direitos das crianças. Vale destacar que a formação de professoras/es de Educação Infantil conquistou espaço a partir da Constituição Federal, que passou a conceber a criança como sujeito de direitos. Esse reconhecimento implica formar professoras/es que levem em conta certas particularidades das crianças que até então não eram tidas como fundamentais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9394/96) aprimora essa perspectiva ao colocar em debate a formação específica e a profissionalização de quem atua especificamente com crianças de pouca idade e bebês. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), observa-se uma preocupação com o brincar, a imaginação, e a capacidade da criança de produzir culturas, interagir com outras pessoas e construir sentidos em diálogo com as sociedades.

Reconhecemos a importância irrefutável dos desdobramentos destas legislações e as relacionamos às questões cujas respostas temos perseguido. Embora haja um extenso caminho a percorrer, pode-se afirmar que as crianças começam a ser compreendidas como pessoas “sujeitas” de direitos. Classe social, raça, gênero, sexo e idade tornam-se determinantes para a produção de pesquisas e políticas públicas que conjugam os direitos conquistados à percepção de que esses marcadores estão inscritos nas formas de agir no mundo. Deste modo, as crianças podem ser vistas como coparticipes em diferentes processos de produção das cidades e suas possibilidades de produzir a vida em suas complexas redes e dimensões. Contudo, como é próprio das contradições, ao mesmo tempo que determinadas temáticas encontram-se nas legislações vigentes, nem sempre se materializam nas políticas públicas ou propostas curriculares, alijando-se dos processos de formação docente. Além disso, é crucial notar que, mesmo compreendidas na formação, esta não se faz diretamente pelas mãos do Estado, mas de empresas ou institutos privados que maquinam suas práticas e nos oferecem um mundo de vantagens como se suas ofertas e ações sociais devessem suprir aquelas do próprio Estado.



Essa situação gera confusões e oblitera nossa capacidade de enxergar, compreender e problematizar o que está acontecendo. Nos últimos tempos, fomos levadas a acreditar que o empresariado deve influenciar os rumos da educação no país e subsidiar políticas públicas. Esse aspecto é extremamente relevante, pois, ao tratar da formação de professoras/es, é crucial entender que parte do empresariado, incluindo bancos e seus institutos, está, de forma explícita ou velada, envolvida na formação profissional das redes públicas de ensino. Quanto às práticas na cidade, temos a impressão de uma apropriação. Afinal, começamos a realizar atividades que antes não fazíamos e desde dentro das instituições escolares. Porém, ao mesmo tempo, a cidade nos é diariamente desapropriada, seja pelo ar irrespirável, pela insegurança ou pelas calçadas intransitáveis, entre outras questões. Em tempos em que os direitos se tornaram mercadorias, assim como a qualidade de vida urbana em todos os seus aspectos, percebemos uma aparente liberdade nas escolhas de serviços e nos usos da cidade, como se, de fato, coubesse cada um de nós fazer escolhas individuais, sem considerar o impacto sobre as outras pessoas. No entanto, é necessário questionar o que está por trás dessas ideias e das supostas benesses empresariais, bem como a produção da formação.

Sabendo que legislações são produtos de disputas entre diferentes grupos políticos e sociais, cujos interesses variam conforme o período histórico em que as negociações são feitas, questionamos: é possível e desejável estabelecer alguma relação entre cidades, educação e práticas pedagógicas? Isso seria plausível sem a participação de agências privadas? A urbanização desenfreada, o aprofundamento das desigualdades de classe, gênero e raça, bem como as questões ambientais são aspectos que, além de nos asfixiarem, mostram a abdicação de um projeto civilizatório que incluía a todas as pessoas e demais seres do mundo. O mundo está em turbulência, cujas crises sistêmicas exigem a produção de pensamentos e práticas, desde as creches. Trata-se, não apenas de números que revelam nossas contradições, mas que implicam análises e ações que não podem ser despolitizadas e distanciadas do fenômeno social pobreza e desigualdades, bem como as condições de sua produção no capitalismo. A formação de professoras e professores é fundamental, pois contribui para o desenvolvimento de sua capacidade inventiva ao produzir pensamentos críticos, em diálogo com referenciais teóricos e práticos que podem ser refutados, problematizados e ampliados em novas formações, neste caso, para a produção de cidades.

Nessa relação entre direito à cidade, direito à vida e aqueles direitos diretamente relacionados à infância, temos nos perguntado: quais seus sentidos em uma sociedade



tão profundamente desigual como a brasileira? Desta forma, produzir reflexões sobre crianças, desde bebês, relacionando-as ao urbano e projetar com elas o presente e o futuro, que se façam de outras formas que não sob as égides do capitalismo, é algo crucial e urgente, principalmente para pensarmos sobre o que é específico das crianças na proposição de uma outra sociedade. Tencionamos as reflexões ao incluir a preocupação com o vínculo entre o capital, como modelo civilizatório que tem se imposto como lógica orientadora de práticas sociais que dominam a vida, sem deixar de lado as crianças. Se é no cotidiano que essas relações se concretizam, é, seguramente, no cotidiano escolar que ainda acreditamos ser possível incidir formações reflexivas e projetar criativamente saídas que reúnam política e imaginação como fundamentos do humano, também no trabalho docente.

Tal preocupação implica debater ainda mais a concepção universalista presente nos modos de viver nas grandes cidades, onde vê-se certa prevalência de um sujeito universal abstrato – europeu, branco, masculino e adulto – e, muitas vezes, apartado da condição de classe social. Exige-se o enfrentamento de questões concernentes ao direito à cidade e ao habitar, associando-as ao adultocentrismo que se espraia por relações que produzem e são produto da cidade de modo amplo, não se concentrando somente nas instituições escolares. Esse adultocentrismo se faz presente na produção do espaço urbano e nas relações nele engendradas, apesar da existência de formas inventivas e de rechaço a determinadas imposições. Uma indagação que sempre nos persegue é: dentro de um quadro de profundas agruras, caberia à educação pensar sobre a temática infâncias e o urbano, seus desdobramentos e as relações com as instituições escolares desde as creches? O que já tem sido feito e o que podemos inferir disso?

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES, INFÂNCIAS E O URBANO: APROXIMAÇÕES A PARTIR DE PESQUISAS, REVISTAS ACADÊMICAS E SEMINÁRIOS

Embora saibamos da existência de vários termos que abrangem diferentes dimensões da vida e a produção da cidade por crianças, desde bebês, optou-se pelo uso dos descritores “formação de professoras/es e cidade”, “infâncias e cidade”, “crianças e cidade” e “bebês e cidade”, de modo a contemplar um caráter mais amplo das pesquisas já realizadas no Brasil no período mencionado, permitindo e provocando reflexões futuras mais adensadas. Considera-se que esses termos trazem em si ampla gama de possibilidades de pesquisa, permitindo entendimentos mais aprofundados sobre, afinal, o



que, por que, e para que pesquisamos infâncias e crianças em diferentes contextos e condições citadinas e urbanas, bem como de que modo essa temática tem se cruzado com a formação docente. As buscas privilegiaram pesquisas realizadas no Brasil, em universidades públicas, o que abre possibilidades para futuras investigações que levem em conta o mesmo assunto e seus descritores na produção de um mapeamento de caráter mais amplo e mais aprofundado ao considerar outros países. Para a análise, foram consideradas pesquisas nas quais o descritor estava presente no assunto e no título, como mencionado anteriormente, e, claro, aquelas que apresentavam convergência entre o tema pesquisado e os resumos. Embora tenhamos optado pelas universidades públicas, chamou-nos a atenção a quantidade significativa de pesquisas, principalmente no nível de mestrado, que abordavam as palavras-chave “formação de professoras/es” e “cidade” na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), contrastando com o número reduzido de trabalhos em universidades públicas paulistas, quando se incluía a Educação como área de conhecimento.

Ao consultar o Catálogo de Teses & Dissertações, do portal da Capes, foram encontradas 459 pesquisas com o uso do descritor “infância e cidade”, das quais 295 correspondem a dissertações de mestrado e 123 a teses de doutorado, no período compreendido entre 2013 e 2023. As Ciências Humanas predominam como a grande área do conhecimento nas pesquisas encontradas, com destaque para a Educação como área específica. Com o uso dos descritores “infância e urbano”, foram identificados 347 resultados, dos quais 229 são dissertações de mestrado e 101 são teses doutorados. Já a busca por “bebês e cidade” resultou em 194 pesquisas, sendo 110 dissertações de mestrado acadêmico, 37 teses de doutorados e 47 dissertações de mestrado profissional. Embora não abordemos o mestrado profissional, é digno de nota a presença de propostas que ensejam sua formulação voltada para apresentações de atuações com caráter de intervenção em suas distintas áreas, especialmente ao se aproximarem das políticas públicas para e com bebês.

Ao usar o descritor “bebês e urbano”, foram identificadas apenas 2 dissertações de mestrado, isto após refinar a pesquisa, já que os resultados iniciais incluíam o uso dos termos “bebidas” e “beber”, relacionando-os a problemas de saúde e psíquicos, mas não com bebês. “Bebês” surgem em número aparentemente alto, contudo, ao lermos os resumos, entendemos que predominam as preocupações com saúde, questões cognitivas e até mesmo o “beber na cidade”. Trata-se, portanto, de assunto ainda raro entre as investigações educacionais, o que parece refletir certas lacunas em propostas formativas



que considerem profissionais que atuam com bebês, ao mesmo tempo, parece haver certa normalização da ausência de espaços públicos na cidade que os privilegiem.

Quando incluímos os descritores “formação de professoras” e “cidade” encontramos 23 pesquisas, sendo 16 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado, concentradas na área de Educação e distribuídas entre diferentes universidades públicas e privadas. Embora nosso foco esteja nas universidades públicas, neste caso específico, faz-se necessário destacar a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde o tema é abordado de maneira mais ampla, provavelmente em função de parcerias com setores da Prefeitura de São Paulo. Prevalece a formação nas cidades e não para compreendê-las. Os conteúdos estão voltados à formação em diferentes cidades, mas não para entendê-las em seu funcionamento, nem a si mesmas ou às crianças como suas produtoras. Faltam também reflexões sobre as relações sociais, culturais, econômicas, raciais, etárias e de gênero que constituem esses espaços.

Nota-se a presença de mestrado profissionalizante e a preocupação com a formação para as cidades, especialmente, as cidades educadoras, e a criação de produtos didático-pedagógicos tendo cidade como mote. O objetivo é formar para atuar didaticamente na cidade e tê-la como elemento formador. O caráter prático e propositivo é forte. Nos mestrados acadêmicos, a cidade é pano de fundo onde as professoras se formam, concentram-se mais em cidades como Hortolândia, Campinas e Sorocaba. Também se destacam pesquisas que exploram a história de professores expoentes em uma determinada cidade.

De modo geral, as pesquisas encontradas, além de iniciarem estudos sobre políticas públicas e cidade para e com a infância, buscam também articular manifestações das crianças a decorrentes temas urbanos – espaços e lugares, mobilidade, violência urbana, diferentes formas de viver na cidade, usos de equipamentos culturais, além de contribuírem com suas perspectivas e sentidos sobre a cidade e com o debate sobre a produção e apropriação dos espaços urbanos pelas crianças. Muitas delas têm se dedicado a “ouvir” as crianças acerca de suas experiências com a cidade, seus pontos de vistas, seus desejos e suas necessidades, ampliando as possibilidades metodológicas por meio de entrevistas, fotografias, desenhos e recursos tecnológicos, como o uso de GPS ou cartografias.

Embora, para efeitos da produção deste artigo, não nos debruçemos nas pesquisas realizadas fora dos campos teóricos da educação, vale notar a forte presença dos estudos urbanos, consolidados na arquitetura e no urbanismo, como ancoradouros de investigações sobre infância e cidade. Se, em um primeiro momento, isso pode parecer



esperado, pela aproximação com a temática urbana, uma análise mais atenta gera certo espanto em razão do número ainda tímido das investigações na Pedagogia e na Sociologia da Infância, mais especificamente. Considerando pesquisas realizadas e em andamento das autoras deste artigo, passamos a afirmar a importância do diálogo e, se possível, da realização de pesquisas conjuntas, que considerem os estudos urbanos como fontes a nutrir reflexões nos campos teóricos da educação, especialmente, quando voltados à infância de crianças, sem esquecer das/os bebês. Parecem ter respostas positivas as perguntas: estudos urbanos podem ser referências para formação de profissionais da educação? Quais ganhos poderíamos juntar ao processo e às práticas docentes daqueles e daquelas que atuam diretamente com crianças de pouca idade?

Destaca-se algumas revistas acadêmicas como importantes fontes de informação e divulgação do pensamento sobre o tema aqui tratado, também entre professoras de rede pública de educação. Mencionamos as organizadoras e organizadores de revistas científicas: Bittencourt (2012); Muller e Nunes (2014); Araujo, Moreira e Fernandes (2019; 2021); Lansky (2023), Nascimento e Carvalho (2024). Em publicações de livros, considerando a temática mencionada, temos: Gobbi e Anjos (2021; 2022). Já quanto a cursos e seminários, entre outros, destacamos: Seminário Internacional “Infâncias Sul-Americanas: crianças nas cidades, políticas e participação”, realizado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), em 2014; Seminário “Luso-Brasileiro de Educação de Infância” | “Congresso Luso-Afro-Brasileiro de infâncias e Educação”, com o tema Infância, cidade e democracia, realizado em 2019, e XI Seminário Anual do Pensar a Educação Pensar o Brasil “A universidade e a cidade” que inseriu o tema com a conferência “Os espaços para as crianças na cidade”, realizado em 2022, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir deste levantamento, cientes da carência de maiores investigações, inferimos a urgência de estabelecer discussões e produções acadêmicas voltadas para a presença das crianças nos centros urbanos, bem como a carência de formação para se pensar considerando pesquisas produzidas em diferentes campos do conhecimento. Os temas desses seminários foram variados, consistindo em parte na divulgação de trabalhos acadêmicos desenvolvidos em teses, dissertações e pesquisas de pesquisadoras/es que investigam, direta ou indiretamente, sobre infâncias e cidades. Neste caso, importa atentar para o fato de que, se não discutem formação de professoras/es, eles a têm como componente do público-alvo, atuando, assim, como veículos formadores de opiniões e reflexões sobre teorias e práticas pedagógicas.



Quanto às reverberações no campo das políticas públicas e das iniciativas de construção de cidades que considerem certa centralidade das crianças, vale notar que, no estado de São Paulo, temos atualmente a cidade de Jundiaí, que integra a Rede Latino-Americana “Cidade da Criança” recém ingressa na rede internacional URBAN95, cujo objetivo é tornar a cidade um ambiente seguro e agradável para o desenvolvimento das crianças, bem como seus respectivos acompanhantes ou cuidadores, o que se alinha com os projetos do pedagogo Francesco Tonucci. No município de São Paulo, temos o Currículo da Cidade (São Paulo, 2022), cuja proposta visa articular conteúdos e práticas com formas de compreender a cidade e a quem nela habita. O estado do Ceará, palco de debates sobre educação de resultados e da produção de cidades educadoras, foi também alvo de estudos. Pesquisas acadêmicas e políticas públicas evidenciam formas de colocar a temática em prática, materializando propostas que conjugam as preocupações com as diferentes infâncias e o urbano, ora como produtoras (aspecto pouco desenvolvido), ora como objeto para quem o currículo se destina.

Considera-se que infâncias vividas em grandes centros urbanos têm conquistado alguma centralidade nos estudos sociais da infância, mas ainda não é possível considerar uma presença forte na formação de professoras/es. A olhos nus, é possível observar certa incidência de seminários, cursos e congressos,⁹ cujos títulos e seus conteúdos demonstram o desejo de conjugar interesses em conhecer as crianças em espaços urbanos: nas cidades, nas relações entre escolas e territórios, preocupados com a mobilidade nos grandes centros, com a presença em movimentos sociais de luta por terra e teto, entre outras formas de presenças nas cidades. Mas, se isso é visto a olhos nus e sensíveis à temática, o que têm indicado as pesquisas realizadas nos últimos tempos, algumas delas, inclusive, apresentadas nos encontros mencionados? Reforçamos o já escrito, pois acreditamos que a existência destes eventos acadêmicos, em si, não revela mudanças consistentes, se eles não estiverem relacionados a pesquisas que permitam maior adensamento e continuidade na formação do pesquisador/a, ao mesmo tempo que elas seriam divulgadas e multiplicadas, pensadas de modo conjunto entre universidades e escolas, ao considerar o conhecimento há tanto produzido pelas professoras que atuam cotidianamente com as crianças. Ao colocarmos lentes mais rigorosas sobre os bancos de dados, o que identificamos e o que é possível projetar para os campos de estudos

⁹ Concentrando-nos apenas nos mais recentes: Infâncias sul-americanas, crianças na cidade, políticas e participação (FE-USP, 2015); *V Seminário Luso-Brasileiro de Educação Infantil* (SLBEI) e no *II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Infâncias e Educação* (CLABIE) (UFAL, UMinho, UFAL, 2019); cursos: *A criança e a cidade: participação infantil na construção de políticas públicas* (NEPEI-FAE-UFMG) e “Encontros Abertos” realizados na FE-USP, cujas temáticas voltaram-se para discussões sobre pesquisas que envolvam o tema amplo infância e/na cidade (2018/2023).



sociais da infância, educacionais e estudos urbanos quando conjugamos o grande assunto “infâncias e/na cidade” ou “infâncias e/no urbano”? A escolha por fazer o levantamento com base em uma década de pesquisa deve-se ao desejo de conhecer transformações e permanências de abordagens, bem como de estabelecer análises críticas que possam favorecer a produção de pesquisas nos campos da Educação em interlocução com outros campos teóricos – quem sabe – de modo interdisciplinar entre pesquisadoras/es que se interessem pelo tema, contribuindo, entre outras coisas, para a construção de um campo na Educação e sua consolidação.

4. FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA CIDADE: O QUE TEMOS FEITO? O QUE ESTAMOS ESPERANDO?

Embora a rua obviamente não estivesse longe dos adultos, ela era, ainda assim, um lugar onde as crianças e os jovens, na maioria das vezes, eram deixados sozinhos, socializando com seus pares, com tudo o que isso envolvia – desde brigas entre crianças pertencentes a grupos diferentes até a internalização de um sentido de coletividade. Aliás, esta é a tese de Schlumbohm: de que a rua era o lugar onde as crianças aprendiam a lutar juntas e onde adquiriam um sentido de solidariedade, o “sentido de nós”, baseado em experiências comuns e interesses comuns. A solidariedade entre os jovens poderia, em primeira instância, voltar-se contra outros grupos de jovens de outras ruas, mas o risco que ela trazia era motivo de preocupação muito mais para seus futuros patrões – contra quem essas experiências poderiam se voltar – do que para seus pais, e menos ainda para os próprios jovens (Qvortrup, 2015, p. 14).

Quando nos debruçamos sobre a Educação Infantil, reconhecida como primeira etapa da Educação Básica pela LDB (Lei n. 9.394/96), acompanhamos um processo de discussão e propostas de formação de suas professoras a partir da exigência de formação em nível superior, ainda que admitindo a formação em nível médio, mas, sobretudo, na perspectiva de que sejam respeitadas e consideradas as especificidades de bebês e crianças de até 5 anos e 11 meses de idade. Soma-se a isso a promulgação das Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Infantil (2009) e seus desdobramentos como os documentos Práticas Cotidianas na Educação Infantil (Barbosa, 2009) e o Pareceres CNE/CEB 20/2009, que, segundo Silva (2017), explicitam novos desafios e novas demandas para a área, em especial quanto ao cuidado e à educação de bebês e crianças pequenas, exigindo estudos e pesquisas que os contemplem. Essa “tendência” de procura por respostas a questões impostas pelo complexo cotidiano da Educação Infantil parece ter, de certa maneira, circunscrito as propostas formativas como um processo de busca de resposta a problemas dele e nele mesmo. Ao observarmos as pesquisas acadêmicas, não encontramos de modo contundente a ampliação do campo de investigações sobre formação de professoras/es aliado aos temas infância e cidade. Isso



pode ser visto em um pequeno número de pesquisas, bem como nas publicações de artigos em revistas científicas. Ela parece não acompanhar ou incidir diretamente em projetos de formação de professoras/es, como se as reflexões sobre a produção do urbano e aquilo que é decorrente dela (as diferentes formas de viver as infâncias, seus marcadores sociais, as desigualdades ou os problemas e desafios da vida urbana, a justiça social) não se relacionassem ou fossem parte daquilo que ocorre dentro dos muros das creches e pré-escolas. Por muito tempo, pensar em formação de professoras/es de Educação Infantil aproximou-se de uma cultura escolar promotora de eventos, cuidados não compreendidos como parte das relações educacionais, e cumpridora de programas pré-determinados, o que alijava importantes debates e produção de relações que aconteciam entre creches e pré-escolas do que existia fora desses espaços, como se fossem comunicantes. Mais recentemente, contudo, vê-se várias iniciativas preocupadas em aproximar-se de questões urbanas, tendo-as como problemas a serem entendidos e combatidos em algumas instâncias.

Embora careçam de investigações mais acuradas sobre o processo de implementação e o envolvimento de diferentes segmentos das cidades, encontramos projetos que partem das secretarias de Educação, em São Paulo, e da Cultura, em Jundiaí,¹⁰ que propõem evidenciar, em certos aspectos, a presença das crianças como fonte de preocupações quanto à participação, às tomadas de decisões e, sobretudo, à formação cidadã no país aliadas à produção de práticas curriculares. Vale destacar que se trata de programas curriculares realizados para as profissionais da Educação Infantil pública e que merecem reflexões intensas sobre elas, o que não é o objetivo principal deste artigo. Na cidade de São Paulo quanto às relações com práticas pedagógicas, destacamos projetos oriundos de profissionais da escola pública, tais como Motoca Na Praça que envolve crianças de Educação Infantil em passeios de bicicletas desde a Praça da República, onde está situada a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)¹¹ Armando Arruda, e cortejos e caminhadas realizados por professoras e crianças de EMEIs que produzem e são produto dos territórios das Travessias, todos na região central do município, bem como práticas do Centro de Educação Infantil (CEI) Jardim São Joaquim, na zona sul paulistana, em que bebês são convidados com suas famílias para

¹⁰ Ao realizarmos levantamento de dados no Banco de Dissertações e Teses da Capes, incluindo o período de 2019 a 2024, teses e dissertações, e palavras-chave como infância e cidade, currículo, infância e cidade, encontramos a pesquisa desenvolvida por Sara Miranda Lima, em 2023, na Faculdade de Arquitetura da PUC-Campinas. A pesquisadora analisou o desenvolvimento do projeto político em Jundiaí. Cidades educadoras do Ceará e propostas curriculares foram objeto de estudos acadêmicos de Elcio Pereira Lazzaroto, na Universidade Uninter no Paraná.

¹¹ Escolas Municipais de Educação Infantil, doravante EMEI, sigla adotada no município de São Paulo.



participarem de propostas em praças e ruas. Tais práticas, embora associadas a iniciativas individuais que vagarosamente se espalham entre demais profissionais de uma mesma instituição, evidenciam preocupações com o direito à cidade pelas e das crianças, desde que nascem, bem como com certa produção delas nos territórios onde moram, estudam e convivem com tantas outras pessoas. A epígrafe escolhida para iniciar esse subcapítulo faz repercutir ainda mais a preocupação já externada e inclui uma outra: onde estão as ruas nas pesquisas, nos artigos e nos seminários que incidem sobre formação de professoras que atuam com crianças? Onde se encontra o sentido de nós aqui reverberado na epígrafe?

Legislações, currículos, políticas públicas enfrentam, ou deveriam enfrentar, o enorme desafio de responder a esse questionamento. Há contradições importantes a destacar: creches e pré-escolas, alvos de tantas agruras impostas por gestões públicas questionáveis e afeitas a projetos neoliberais, frutificam criativamente na produção de ensaios, apresentações e ocupações de ruas em movimentações que partem de baixo, ou seja, das próprias professoras e demais profissionais da Educação, com ênfase na educação pública. Ainda que não aconteçam cotidianamente, esses feitos merecem destaque. Contudo, as contradições do capitalismo e as formas como ele produz a Educação nos lembram da afirmação de Nancy Fraser (2024), que trata do capitalismo e das relações produzidas e ressalta que os peões do capitalismo ficam reduzidos a descobrir como conseguir o que precisam nos interstícios enquanto alimentam a fera. Somos na Educação mais alguns peões do capitalismo que respiram nos interstícios por ele deixados? Seria isso resistir nas brechas? O que significa afirmar “somos resistentes” ou precisamos resistir de diferentes formas? Trata-se de afirmação ouvida constantemente e que reverbera entre vários segmentos da Educação. Resistir, ao mesmo tempo que se comporta como determinação e firmeza em alguns propósitos, o que poderia ser visto como produtivo, também nos leva a questionar as repercussões em relação às urgentes transformações estruturais que ainda precisam ocorrer.

Entendemos que temos nessas ações algumas importantes práticas de resistência vindas da base. Ir às ruas e ocupá-las com as crianças, desde bebês, implica, inegavelmente, provocar discussões sobre suas presenças e o que elas são, ou não, capazes de agenciar e alterar socialmente, tendo como ponto de partida a Educação e as práticas pedagógicas. Caminhadas pelas ruas com as crianças, pedalar motocas e cortejos podem ser percebidos como experiências erráticas, pensadas como ferramentas que produzem afastamentos e estranhamentos do familiar e do cotidiano, quem sabe, reprogramando-os. Podemos pensar essas práticas como experiências de alteridade na



cidade, e, ainda mais, que evidenciam uma imaginação política que produz forma e conteúdo diversos e provocadores. Vai além de uma prescrição curricular, queremos crer. Nesse sentido, provoca-nos a pensar que são capazes de fomentar mudanças. É possível aventar que nelas estão contidos desafios para romper o cerco de fumaça que nos impede de enxergar para além dela.

Mas, ainda que consideremos o potencial positivo contido nessas ações, acreditamos que valha a pena sublinhar a preocupação com a definição de quais projetos políticos são defendidos junto a essas práticas objetivamente e o que é possível defender. Não caberia aqui essa discussão, pois não é o objetivo principal deste artigo, mas seria importante pensar sobre isso ao estar ligado diretamente às práticas e à formação docente da primeira etapa da Educação Básica. Quais perspectivas estão embutidas nelas que ocorrem em um período no qual o neoliberalismo investe fortemente em várias vias e vidas e nos faz ver – e às vezes acreditar – certo progressismo liberal forjado em palavras e bandeiras produzidas por movimentos à esquerda do capitalismo? Financeirização, endividamento, precarização do trabalho docente, cortes em programas sociais e privatizações constituem o período em que essas ações ocorrem. Autonomia *versus* cotidiano programado e imposto são elementos que convivem com essa formação e a revela, assim como as agruras diárias do neoliberalismo na produção da educação pública do país. Quais projetos estão em disputa nessas ações?

5. PESQUISAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: CONTRIBUIÇÕES À PRODUÇÃO DE PENSAMENTOS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES ENVOLVENDO ESTUDOS URBANOS E ESTUDOS DA INFÂNCIA

Iniciamos esse artigo buscando mesclar estudos urbanos, estudos sociais da infância e formação de professoras/es. Para tanto, aproximamo-nos do direito à cidade, do qual as crianças são alijadas, seja por não atuarem nos espaços decisórios, seja por fazerem parte de políticas públicas que, por vezes, não respeitam legislações, ou, ainda, que criam medidas que afastam as crianças dos espaços públicos. A escola, por sua vez, ancorada na formação de professoras/es, encontra-se como espaço de extrema relevância para a produção de reflexões e práticas que considerem a presença de tantas infâncias nas ruas, nas praças, nas assembleias, como produtoras e aquelas cujos direitos se materializam cotidianamente. São vários os projetos que partem da base da escola e que provocam pensar sobre pedagogias que envolvam práticas cidadinas para além de seus muros, concretos e simbólicos. Ao percorrermos teses, dissertações e



artigos acadêmicos, buscamos compreender de que modo têm sido compreendidas as infâncias na relação com os centros urbanos e as cidades. Observou-se um hiato entre o que as creches e pré-escolas têm feito em suas dinâmicas e o que tem sido investigado. Embora compreensível, quando consideramos que se trata de tempos diferentes para a produção de conhecimentos, fica a ressalva de que há uma lacuna a ser preenchida pelos estudos quando produzidos na Educação.

As pesquisas acadêmicas produzidas nos últimos 10 anos na Educação ainda têm mostrado uma tímida aproximação entre estudos sociais da infância, estudos urbanos e formação de professoras/es. Encabulada, mas, talvez, seguindo algum percurso mais lento da história, em que necessitamos compreender e sorver determinados acontecimentos, aliando-os à produção científica sobre infâncias em diferentes contextos. Compreendemos que se trata de uma temática cuja complexidade nos exige tempo para aprofundamento e compreensão de suas tramas. A quem pensa e faz as políticas públicas de formação carecem de escuta a partir das bases de modo a considerar experiências e projetos em andamento e que podem provocar mudanças, ainda que não tão profundas. Caberia ouvir os convites feitos pelas crianças quando nos convocam a transitar pelas ruas e, entre pessoas, questioná-las e refletir sobre, afinal, por quê as ruas, ora nos afastam, ora nos chamam a estar nelas de modo breve, e, em outros momentos, produzem-nos medos. Importa ainda refletir sobre certo distanciamento dos estudos educacionais daquilo que tem se constituído como territórios cujas camadas e relações produzem infâncias, pedagogias e materializam os direitos, como também resultam do devoramento de processos democráticos e do planeta. Sem qualquer intenção prescritiva, afirmaríamos que a Educação, desde as creches, daquela feita com e para bebês, não pode estar alheia às ruínas dentro das quais estamos. Urge reavivar o humano de forma a preservar a vida e não como meros sobreviventes, mas como quem insurge verdadeiramente, para além de jargões prontos e afeitos ao capital. Escrevemos esse artigo em dias nos quais o país queima, e somos devorados pelo fogo produzido, entre outras coisas, e pela forma como são usados os solos agropecuários e o agronegócio, porém, escrevemos em um momento, em que não obstante o cinza da fumaça que oblitera a visão, temos que furar as nuvens e produzir efetivas saídas de modo inclusivo. Respondemos aqui à pergunta feita no título. Sim, essas reflexões fazem parte da Pedagogia e da formação de professoras/es engajadas/os com a produção de um presente digno a todas as pessoas. Em uma contra pedagogia da crueldade, do ensino normalizado da precariedade da vida, que vai se indo sem vitalidade. Não é possível



esperar mais ou deixar que certos receios constriam formas variadas de ocupar e se fazer insurgentemente presente nas cidades.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Vania Carvalho de; MOREIRA, Jader Jane; FERNANDES, Maria Lidia Bueno. Dossiê Crianças e suas infâncias na cidade. **Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES**, Vitória (ES), a. 16, v. 21, n. 49, p. 1-169, jan.-jun 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/issue/view/1010>. Acesso em: 10 set. 2024.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Relatório Práticas Cotidianas da Educação Infantil: base para reflexão sobre as orientações curriculares**. Ministério da Educação. Brasília, 2009.

BITTENCOURT, Agueda Bernardete (org.). Educação, cidade e pobreza [dossiê]. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 1, jan./abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990, p. 13563.

CEBRAP e ABCD, 2024. Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades. Edição 2024. Link para consulta: <https://cebrap.org.br/observatorio-brasileiro-das-desigualdades-lancado-o-relatorio-de-2024/> Acesso em: 25/09/2024

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos. “Vó na ocupação”: a cidade, cuidados e deslocamentos nas margens do estado e as insubmissões cotidianas. *In*: GOBBI, Marcia; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina. (org). **O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal**. São Paulo, SP: FEUSP, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587047317> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/804.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos. Ocupar e brincar: notas sobre as brincadeiras e as lutas das crianças em edifícios e ruas da cidade de São Paulo. **Revista Humanidades e Inovação**, [s. l.], v. 8, n. 68, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7054>.



JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LANSKY, Samy; GOUVEA, Maria Cristina Soares. Infância e espaços urbanos: perspectivas de pesquisa e intervenção. (dossiê) Educação, Cidades e Infâncias desiguais. **Revista Em Aberto**, v. 36, n. 117, 2023.

LEFEBRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MULLER, Fernanda.; NUNES, Brasilmar Ferreira. (org.). Infância e cidade: perspectivas analíticas para as áreas de educação e sociologia [dossiê]. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35 n. 128, jul./set. 2014.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos da Criança**. 20 de novembro de 1959.

NASCIMENTO, Maria Leticia; CARVALHO, Levindo. Presentación. Infancias, ciudades y territorios: perspectivas interdisciplinares (dossiê). Infancias, ciudades y territorios: perspectivas interdisciplinares. **Sociedad Y Infâncias**. Vol. 8 Núm. 1. 2024

QVORTRUP, Jens. A dialética entre a proteção e a participação. Currículo sem Fronteiras, v. 15, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2015

Rosemberg, F. (2006b). Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In M. C. Freitas (Org.), **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude** (pp. 49-85). São Paulo: Cortez.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade**: Educação Infantil. 2. ed. São Paulo: SME / COPED, 2022.

SEGATO, Rita. **Contra pedagogias da crueldade**. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SILVA, Marcia Vanessa. **As formas de participação social dos bebês nas práticas cotidianas vivenciadas no contexto de uma creche municipal**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

UNICEF. **As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil**. Boris Diechtiareff *et al.* (ed.). Brasília, DF: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: 3 set. 2024.

